

Intervenção policial na violência doméstica contra a mulher: o uso da entrevista motivacional

Fabiana Amaro de Brito

Major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Segurança Pública, Cultura e Cidadania (UFRJ). Pós-graduada em Segurança nas Organizações (UNESA). Pós-graduada em Filosofia e Sociologia (UCAM). Mestre em Ciências Policiais (ISPCI – Lisboa/Portugal). Doutoranda em Psicologia Forense (UNINI – México). *E-mail:* majorfabianabrito@yahoo.com.br. Lattes: 1473899455667291. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7179-7155>.

Resumo: A violência doméstica contra as mulheres é um mal que atinge todo o mundo e que é praticado comumente no interior das residências, pelas pessoas de seu convívio íntimo. Apesar da grande subnotificação, as polícias estaduais recebem alta demanda de denúncias dessa natureza. Diante das dificuldades de atuação policial inerentes a essa violência, uma estratégia de prevenção e intervenção a ser considerada é a entrevista motivacional: uma abordagem colaborativa que visa a mudança de comportamento baseada em estímulos com foco na ambivalência. Baseamo-nos na premissa de que essa abordagem vem mudando comportamentos nocivos em várias áreas com resultados promissores, inclusive na violência doméstica, podendo, assim, contribuir para a interrupção do ciclo da violência. Esse artigo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, analisa em que medida a entrevista motivacional pode ser aplicada pela polícia nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência doméstica. Ciclo da violência. Polícia. Entrevista motivacional.

Sumário: Introdução – A entrevista motivacional – A resistência à mudança – Relação entrevistador x entrevistado – Treinamento e capacitação para EM – EM no tratamento do agressor – Resultados – Notas conclusivas – Referências

Introdução

A violência doméstica e familiar (VD) praticada contra as mulheres tem se consolidado como objeto de pesquisa acadêmica e ocupado pautas de agendas políticas em muitos países, dando-se a originar diversas políticas públicas de enfrentamento. No âmbito das ciências policiais, o elemento central de prevenção desse crime figura nas instituições de segurança pública. Representada, nesses casos, pelas polícias militares e civis, que atuam diretamente nessas ocorrências, desde o atendimento telefônico de emergência até a concretização da denúncia e o acompanhamento de medidas protetivas de urgência. Entretanto, ao considerarmos as características cíclicas desse tipo de violência, vemos a intenção de prevenção

colidir com a tendência de repetição desse processo futuramente. Esse ciclo da violência se repete até que seja definitivamente quebrado por vontade de alguma das partes, por forte interferência externa ou, até mesmo, quando culminar na morte da vítima. Embora a polícia possa atuar na prevenção primária, secundária e terciária, a dificuldade é encontrada em três pontos principais: o local do fato (maioria dentro da residência), a repetição do ciclo da violência e a ambivalência.

Prevenir a reincidência dessa violência com estratégias adequadas exige, atualmente, um novo método de abordagem desde o contato inicial entre a polícia e os envolvidos, e que deve ser continuado pelos órgãos que prestam os atendimentos subsequentes de acordo com a transversalidade que os casos requerem. O modelo de prevenção tradicional torna-se pouco eficaz diante das vertentes assumidas pela violência doméstica e pelos crimes contra a mulher. No universo das pessoas que vivem uma relação íntima de violência, seja com um familiar próximo ou com um cônjuge, há, frequentemente, questões de ambivalência que alternam entre a vontade de deixar a relação e de mantê-la, com uma tendência a naturalizar a violência sofrida rotineiramente pelos mais diversos fatores.

A Entrevista Motivacional (EM) é uma conversa colaborativa cuja abordagem tem foco na mudança comportamental, que motiva as pessoas a mudarem a si mesmas ou a mudar alguma circunstância problemática. Primeiramente, a criação dessa abordagem visava a tratar indivíduos com vícios químicos, álcool e outras drogas. Com o sucesso dos resultados de mudanças positivas, outras áreas do conhecimento começaram a utilizar a EM como ferramenta para auxiliar a transformação de um comportamento negativo, baseando-se nas questões da ambivalência. Conforme Miller & Rollnick (1999), embora alguns padrões de comportamento repetitivos apresentem consequências prejudiciais, podem ser mantidos por incentivos positivos, que geralmente podem não ser positivos, mas que são sentidos como se fossem. Dessa forma, acredita-se que, ao manter o comportamento, mesmo negativo, haverá alguma compensação positiva. Essa ambivalência é extremamente presente em casos de violência doméstica, sobretudo na violência conjugal, praticada pelo companheiro ou ex-companheiro contra a mulher, que representa a maioria dos casos no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Ortiz (2019) explica o quanto essa abordagem pode ser útil, de forma eficaz e eficiente, no tratamento de vítimas e agressores envolvidos em contexto de violência doméstica, além de colaborar com a interrupção do ciclo da violência e com o não início de novos ciclos em relacionamentos futuros de ambas as partes.

As polícias militares e civis dos estados brasileiros recebem alto número de denúncias de VD, seja pelo atendimento telefônico 190 da Polícia Militar, seja em uma Delegacia da Polícia Civil, sobretudo a Delegacia de Atendimento a Mulher. Contudo, a parcela que essas denúncias representam do todo mostram apenas a

ponta de um *iceberg*. Os verdadeiros números da VD estão longe de ser desvendados. Pesquisa realizada, em 2018, pelo Senado Federal do Brasil através do Observatório da Mulher contra a Violência, apontou que apenas uma em cada três vítimas de violência procurou ajuda do poder público no ano anterior; o que torna as estatísticas mais preocupantes. Outra pesquisa, mais recente, apresentada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicou que dentre as mulheres vítimas de violência entre 2018 e 2019, quando questionadas qual atitude tomaram diante da violência mais grave sofrida nesse período, apenas 10% procuraram uma DEAM; 8% procuraram uma delegacia comum; e 5% ligaram para o 190. Mais da metade das mulheres entrevistadas (52%) disseram não ter feito absolutamente nada (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Tendo em vista o exposto, o objetivo deste estudo é identificar em que medida a EM pode ser utilizada pela polícia nos casos de VD contra a mulher como ferramenta de prevenção da reincidência e consequente quebra do ciclo. O método dedutivo de abordagem qualitativa fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, de revisão integrativa, relacionada à EM e suas principais características, sobretudo sua aplicação às partes envolvidas em VD (vítima e agressor), bem como questões relacionadas à mudança de comportamento; resistência à mudança e estratégias de contorno; perfil profissional exigido e treinamento para sua aplicação.

A entrevista motivacional

Segundo seus criadores, os psicólogos Miller & Rollnick (1999), a EM é uma abordagem colaborativa que visa ao fortalecimento motivacional e o compromisso com a mudança. Como se trata de uma abordagem com um objetivo específico – trabalhar a ambivalência e mudar o comportamento, seu período de intervenção tende a ser curto, permitindo que seja aplicada pelos mais diversos profissionais, com diferentes focos. A EM vem sendo comprovadamente útil no tratamento de pessoas em processo de mudança relacionado a problemas com uso de substâncias psicoativas, problemas de fundo psicológico, comportamentos desviantes e outros problemas. Trata-se de um tipo de abordagem colaborativa, centrada no cliente (entrevistado), onde são reforçadas condições positivas como empatia, confiança e cordialidade.

Para ser empático, o entrevistador deve estar, de fato, interessado no problema em causa e nas percepções que o entrevistado tem sobre ele. Assim, através das perguntas e das reflexões propostas, a empatia surge demonstrando o interesse do entrevistador em buscar o melhor para o indivíduo e priorizar seus anseios, relacionando-se intimamente com a compaixão. Assim, o entrevistador deve ajudar o cliente a superar a ambivalência do problema que o faz resistir à

mudança, permitindo-o, dessa forma, descontinuar o comportamento que o prejudica (CUNHA, 2016).

Baseada em diferentes teorias da psicologia, sua premissa inicial é a ambivalência – conflito psicológico entre os prós e contras de uma determinada situação ou comportamento. Sua principal estratégia é fazer o cliente refletir sobre essa ambivalência despertando nele a motivação para a mudança.

A escuta ativa, já referenciada na ideia de atendimento humanizado, é um fator determinante desse processo e abrange algumas ferramentas de comunicação que também são utilizadas em outras abordagens semelhantes, quais sejam: (P) perguntas abertas que permitam à pessoa se expressar livremente sobre o ponto questionado; (A) afirmações sobre a pessoa destacando seus pontos fortes; (R) reflexões que darão corpo ao discurso de mudança da pessoa, ressaltando aspectos que estão relacionados com a necessidade da mudança; (S) sumários/resumos que são feitos ao final de uma fala quando o entrevistador quer mudar de tema ressaltando os pontos mais importantes mencionados pelo entrevistado – PARS.¹ A diferença da utilização dessas ferramentas na EM e nas demais abordagens consiste no fato de que na EM são feitas mais perguntas abertas do que direcionadas, dando-lhe mais oportunidade de se expressar e de refletir sobre o que está falando; as reflexões são mais empregadas que as perguntas em si, muitas vezes as substituindo – a reflexão demonstra que o entrevistador está atento e interessado no que ouve e pontua falas da pessoa que são importantes para a mudança; também são feitos mais resumos do que perguntas; e ouve-se o entrevistado falar durante a maior parte do tempo, mas sempre demonstrando interesse no que está sendo ouvido, e nunca parecendo distante (MILLER; ROLLNICK, 1999).

As entrevistas devem se enquadrar nos quatro processos de comunicação: vincular; enfocar; evocar; planejar. Na fase inicial da abordagem, ou até mesmo no primeiro contato entre entrevistador e entrevistado, é preciso que haja uma afinidade positiva entre as partes e que haja a vontade mútua de colaboração. Relativamente à fase da vinculação, os autores da EM criaram um conjunto exemplificativo de perguntas² que o entrevistador deve fazer principalmente antes de dar início à abordagem, e também refazê-las ao longo do processo de forma avaliativa:

- Quão cômoda essa pessoa se sente comigo?
- Quão cômodo eu me sinto com essa conversa?
- Até que ponto mostro uma atitude de apoio e ajuda?
- Eu entendo o ponto de vista e as preocupações dessa pessoa? Em caso negativo, o que posso fazer para entender?

¹ Originalmente em inglês OARS – *open-ended questions – affirmations – reflections – summaries*.

² Perguntas adaptadas por Líria Ortiz no livro “Entrevista Motivacional en Violencia Doméstica” (2019).

- Eu tenho impedimentos éticos ou meus valores são muito diferentes dos valores da pessoa?
- Como posso mostrar a essa pessoa que se trata de uma colaboração mútua, um trabalho a realizar em conjunto?

Nas fases seguintes o entrevistador ajudará a descobrir quais são os reais objetivos da abordagem e deve deixá-los claros para que possam ser trabalhados. É preciso que os objetivos de ambas as partes estejam alinhados e que o entrevistador perceba até que ponto deve trabalhar a autonomia da pessoa caso ela represente um perigo para si mesma. Deve também estar atento à resistência da pessoa tanto em colaborar como em mudar e acrescentar, se for o caso, outras estratégias que viabilizem a redução ou anulação dessa resistência. Após a consolidação da vontade de mudança, o entrevistador elaborará o plano de mudança sempre de acordo com as possibilidades do entrevistado, visando à mudança e à sua manutenção. Normalmente há recaídas após a decisão da mudança e, nesses casos, o entrevistador deve agir sem críticas e julgamentos e refazer o plano de ação consoante as novas evidências. É fundamental que o entrevistador esteja atento às fases em que a abordagem se encontra, podendo, entretanto, avançar nas fases pulando uma ou outra, ou retrocedendo à fase anterior caso perceba a redução da motivação da pessoa (MILLER; ROLLNICK, 2015).

Após mais de duas décadas desde a criação da EM e sua crescente utilização em diversos setores e em diversos países, Miller e Rollnick (2009) apontaram dez conceitos e procedimentos que não caracterizam a EM com a finalidade de elucidar melhor o conceito e a utilização dessa abordagem desconstruindo alguns equívocos até então apresentados e que estavam sendo erroneamente propagados:

- A EM não é baseada no Modelo Transteórico;³
- A EM não é uma forma de induzir as pessoas a fazer o que você quer que elas façam;
- A EM não é uma técnica;
- A EM não é uma balança de decisões;
- A EM não requer *feedback* de avaliação;
- A EM não é uma terapia cognitivo-comportamental;
- A EM não é uma terapia centrada no cliente;
- A EM não é fácil de aprender;
- A EM não é o que você já pratica costumeiramente;
- A EM não é uma panaceia.

³ Iniciado em 1979, pressupõe que o processo de mudança deve ser fundamentado na adoção de estratégias corretas nos estágios certos, de acordo com cada indivíduo, considerando a roda da mudança.

Apesar da expansão da EM devido aos seus resultados positivos em diferentes áreas, no Brasil sua utilização ainda é limitada, sendo aplicada na maioria dos casos no âmbito da psicologia hospitalar em atendimentos a comportamentos adictos como dependência química, álcool e tabaco, em hospitais, clínicas e centros especializados (BANDINELLI; GONÇALVES; FONSECA, 2013).

A resistência à mudança

Frequentemente, a motivação para a mudança costuma ser maior imediatamente após uma ocorrência de violência e no contato inicial com alguma instituição de apoio. Porém, com o passar do tempo essa motivação diminui. Um estudo realizado com mulheres que sobreviveram à VD revelou uma diferença expressiva relativamente ao nível de motivação para a mudança e o tempo que ela se mantém entre mulheres que participaram de EM e as que não, percebendo melhores resultados nas que participaram (RASMUSSEN; HUGHES; MURRAY, 2008).

Constantemente o agressor age de forma alternada sendo violento em alguns momentos, e protetor em outros, como explicado sobre o ciclo da violência. Essa alternância gera grande instabilidade emocional na vítima, deixando-a confusa quanto a romper ou não a relação. Ainda que essa aceitação possa vir a gerar a consolidação e o agravamento da violência, para além das questões relacionadas à ambivalência, há outras questões envolvidas na relação que podem gerar grande resistência ao rompimento e a qualquer intervenção que vise a mudança da situação problemática. Como, então, lidar com essa resistência?

Miller e Rollnick (1999) explicam alguns fatores que podem gerar a resistência no indivíduo e como pode-se, a partir disso, ser criada uma tensão conflituosa entre entrevistador e entrevistado baseada numa falta de harmonia, de confiança e de colaboração. A resistência também pode surgir como forma de autodefesa do entrevistado ao pensar que sua própria vontade e liberdade de pensamento e ação serão tolhidas pelo entrevistador, que poderá vir a impor uma nova forma de agir contrária a que pratica. Relativamente ao agressor a resistência também surge num contexto de negação da violência praticada, tanto por não assumir a violência cometida como por não enxergá-la de fato, como já vimos nas situações em que os casais convivem com a violência de forma tão natural e assimilada que já não a enxergam como tal.

Por outro lado, muitas vezes a resistência pode ser reforçada ou até mesmo criada pelo próprio entrevistador. Falta de treinamento, tentar convencer, criticar, não agir com empatia, ter pressa em reduzir a resistência já existente são alguns dos fatores que inibem ainda mais a colaboração do entrevistado e a eficácia da EM. Dentre algumas armadilhas que o entrevistador deve evitar durante a EM, está o “reflexo de correção”, que consiste em um instinto de corrigir alguma fala ou ideia

que julgue incorreta, querendo de pronto corrigi-la, o que também pode agravar ou gerar resistência por parte do entrevistado (ORTIZ, 2019).

Nesse cenário, ressaltar a autonomia do entrevistado, ser atencioso e utilizar reflexões empáticas, e dar espaço para que ele faça suas próprias escolhas são algumas das ações que podem ser utilizadas para, pouco a pouco, reduzir a resistência. Também é fundamental que a ambivalência seja muito bem trabalhada, sobretudo nos casos de VD. No contexto de VD entre casais é incorreto que o entrevistador destaque apenas as desvantagens da relação enquanto a pessoa foca nas vantagens. Além de parecer opressor, à medida que a pessoa se ouve falando das vantagens, essa ideia é fortalecida no seu íntimo. Portanto, no contexto da VD, principalmente na conjugal, o entrevistador deve realizar perguntas abertas com foco na ambivalência, destacando as vantagens e desvantagens atuais da relação e as consequências positivas e negativas caso haja um rompimento, para que a própria pessoa reflita sobre isso e se ouça a falar também sobre todos os aspectos, além de enfatizar seus pontos fortes aumentando sua autoconfiança (ORTIZ, 2015).

Para que a EM alcance seu objetivo com sucesso, são necessárias em média de 02 a 16 sessões. A curta duração dessa intervenção, a comprovação de resultados positivos nesse período e seu baixo custo são fatores que viabilizam sua utilização em vários contextos (BANDINELLI; GONÇALVES; FONSECA, 2013). Vale destacar que a EM não tem inicialmente um caráter terapêutico. Em determinado tempo após iniciada a EM, depois de uma ou mais entrevistas, o usuário já deve possuir estrutura emocional suficientemente trabalhada e alguns conhecimentos que lhe permitam continuar trabalhando para a mudança por si só. Caso a pessoa se sinta motivada, mas esteja perdida quanto aos passos a seguir, então poderão ser realizadas mais entrevistas (ORTIZ, 2019). Por outro lado, é fundamental compreender que, após anos de observação, pode ser verificado que a taxa de abandono do tratamento após a primeira consulta é maior do que 50%. Porém, também se constatou que, como indicado pelos seus criadores ao afirmar que uma demonstração de preocupação e afeto pode influenciar na motivação do entrevistado, fazer algum tipo de contato com o entrevistado após a consulta, como um telefonema, por exemplo, pode aumentar as taxas de retorno em até seis vezes (BURKE; ARKOWITZ; MENCHOLA, 2003).

Relação entrevistador x entrevistado

Ao longo dos anos a definição de EM e as atitudes conceituais que ela envolve vêm sendo atualizadas pelos seus criadores. Em 2002 eles introduziram o conceito de Espírito da EM com um conjunto de quatro comportamentos que caracterizam a forma como o entrevistador lida com o usuário e que se fundem tornando-se a principal atitude do Espírito da EM. Esses quatro comportamentos

devem não somente ser assimilados pelo entrevistador, mas sim ser colocados em prática de forma efetiva durante todo o processo e deve ser facilmente percebido pelo entrevistado, da seguinte forma:

- Colaboração – Deve haver cooperação entre as partes baseada em sensação de segurança, respeito mútuo e aos objetivos da mudança, e confiança. A conversa colaborativa deve acontecer em patamar de igualdade sem que o entrevistador aparente qualquer grau de superioridade sobre o entrevistado, a fim de não inibir ou dificultar a participação da outra parte.

- Aceitação – Deve ser despertada no usuário uma atitude de aceitação, dando-lhe autonomia para tomar suas próprias decisões, demonstrando a ele que ao fortalecer sua autonomia está a reconhecer sua competência para gerir a própria vida.

- Evocação – O entrevistador evoca os motivos da pessoa para a mudança, mas sem indicar atitudes devidas ou indevidas e sem julgar as escolhas da pessoa. A motivação é potencializada quando se enfatizam as próprias necessidades da pessoa, suas percepções, objetivos e valores, fazendo-a despertar para a mudança, de forma a tornar os objetivos já elencados mais tangíveis e concretos, e permitindo que a pessoa perceba que ela própria os escolheu.

- Compaixão – O entrevistador deve atuar em busca do melhor para o entrevistado, dando prioridade às suas necessidades, demonstrando empatia e proximidade (FIGLIE; GUIMARÃES, 2014).

Importante salientar a visão de Miller & Rollnick (2015) sobre a ética na EM: os autores explicam que quanto maior o interesse particular ou institucional em se obter resultados positivos e eficazes para a pessoa a ser tratada, mais contraindicado é o uso da evocação. Uma vez que esse interesse entre em conflito com o interesse do entrevistado, a evocação não pode ser posta em prática. Essa situação se agrava ainda mais quando esse interesse particular ou institucional se soma a um poder coercitivo do entrevistador sobre a conduta e as ideias do entrevistado. Além disso, é indispensável sinalizar alguns obstáculos nessa relação entre entrevistado e entrevistador, como por exemplo as armadilhas referidas por seus criadores. Assim como vimos que o entrevistador deverá fazer alguns questionamentos a si mesmo antes de iniciar o processo, é natural que o entrevistado também questione o que está acontecendo e irá acontecer dali para frente. Dúvidas relacionadas à confiança, respeito, compreensão, colaboração e julgamentos surgirão na pessoa que será submetida à EM. Tais questões, dentre outros motivos, podem vir a gerar desconforto em ambas as partes durante as conversas. O entrevistador precisa exercitar seu autocontrole para não se deixar irritar diante da ambivalência, da negação e da falta de vontade e de confiança do entrevistado. Nesse cenário, Miller & Rollnick (1999) destacam seis armadilhas que devem ao máximo ser evitadas:

- Armadilha da pergunta-resposta – ao invés de uma conversa colaborativa, dá-se lugar a inúmeras perguntas que podem ser respondidas com “sim” ou “não”, ou com palavras e frases curtas que não levam a uma reflexão. Essa armadilha pode ser facilmente evitada aplicando-se perguntas abertas e reflexivas que explorem as preocupações e desejos do entrevistado, fazendo-o refletir sobre suas próprias palavras.

- Armadilha da confrontação-negação – essa é uma situação que deve ser evitada por ambas as partes e que é muito frequente por estar diretamente ligada à ambivalência. O entrevistador assume um papel de mudar o entrevistado, confrontando-o com o problema e trazendo à tona a sua seriedade, enquanto o entrevistado o nega. E quanto maior a negação, maior a confrontação.

- Armadilha do especialista – quando o entrevistador pensa que sabe todas as respostas e soluções e com isso não estimula a autonomia do entrevistado, criando uma relação de passividade sobre este.

- Armadilha da rotulação – o entrevistador rotula o paciente de acordo com suas convicções, como por exemplo “o agressor”, “o drogado”.

- Armadilha do foco prematuro – ocorre quando o entrevistador vai direto ao foco do problema que originou a EM, quando na verdade o entrevistado quer, antes, falar sobre questões anteriores ou mais amplas.

- Armadilha da culpa – ocorre geralmente já na primeira sessão, pela angústia de se encontrar um culpado. O entrevistado sente-se culpado pelos seus problemas, pelo seu comportamento e mantém esse foco.

Tal culpa às vezes é alimentada pelas perguntas e posicionamentos do entrevistador. Nesse caso deve-se evitar ser levado por esse sentimento de culpa, ajudando o entrevistado com reflexões e análise de seus anseios, tirando o foco da culpa e colocando-o nas soluções.

Treinamento e capacitação para EM

Como referiram Miller e Rollnick sobre as dez afirmativas do que a EM não é, uma condição extremamente relevante para o sucesso da intervenção é a capacitação e o treinamento, pois “a EM não é fácil de aprender”. Aplicá-la corretamente, saber relacionar-se com o entrevistado e evitar as armadilhas são fatores determinantes para o sucesso ou não da mudança. Nesse sentido, alguns autores indicam que a efetividade das abordagens poderá ser influenciada pelo treinamento recebido e pelo compromisso de quem a aplica. Ortiz (2019) compara aprender EM a aprender um instrumento musical. Faz-se primeiramente um curso básico (que no caso da EM tem a duração média de três dias) no qual são assimilados os conhecimentos básicos, e depois há de se prosseguir com um aprofundamento, constante treinamento de capacitação e aperfeiçoamento aliados a críticas do treinador que potencializem o desenvolvimento do aluno.

Outra afirmação do que a EM não é refere que “a EM não é uma terapia cognitivo-comportamental”, indicando que a competência para aplicá-la não é exclusiva da psicologia ou da psiquiatria, sendo transversal a diferentes áreas do saber, independente da área de formação. Essa característica a torna viável de ser aplicada por profissionais de quaisquer áreas desde que previamente capacitados, treinados e que apresentem um conjunto de competências interpessoais mínimo, como empatia, ser confrontativo sem entrar em confronto, praticar a escuta ativa, que visam reduzir a resistência do entrevistado. É fundamental que o entrevistador saiba deixar o entrevistado numa situação confortável, que estabeleça um vínculo de confiança, pois se trata de um estímulo interpessoal muito específico sem o qual não haverá motivação. Inicialmente, para que o processo de aprendizagem se concretize e gere bons resultados, o profissional a ser capacitado precisa permear oito fases, nas quais deverá aprender a:

1. Ser parceiro do entrevistado reconhecendo e fazendo-o reconhecer que ele tem o controle da sua vida.
2. Saber aconselhar com empatia focado no bem-estar do entrevistado.
3. Identificar os pontos-chave nas exposições do entrevistado que direcionarão as abordagens.
4. Estimular e fortalecer um diálogo de mudança no entrevistado.
5. Saber lidar com a resistência natural da mudança.
6. Propor e negociar um plano de ação para mudança.
7. Concretizar o comprometimento da mudança pelo entrevistado.
8. Utilizar a EM de forma flexível e, em alternativa, combiná-la com outras formas de intervenção (FIGLIE; GUIMARÃES, 2014).

Outrossim, os profissionais devem ser capacitados para ter o correto domínio e utilização das ferramentas da EM. Identificar, desde o início, o grau de motivação e de aceitação das pessoas é uma tarefa primordial que o entrevistador deve realizar. Esse resultado vai ajudar a guiar e a contribuir com o processo de mudança do entrevistado. Frequentemente é recomendável o uso de perguntas com escalas analógicas visuais para avaliar a motivação (escalas de 1 a 10). Tal ferramenta pode ser muito útil para se perceber em que nível de motivação a pessoa está antes de iniciar a EM. Além disso, a própria pessoa, ao analisar sua resposta, pode acabar por motivar a si mesma, enquanto o entrevistador será o guia dessa motivação para a mudança. Assim, o entrevistador poderá identificar um dos três níveis:

- Nível 1: não quer mudar. Deve-se despertar o interesse pela mudança fazendo perguntas abertas sobre as consequências do problema/comportamento e como gostaria que fosse de acordo com seus valores.

- Nível 2: moderado/não tem certeza. Deve-se explorar pensamentos relacionados à ambivalência estimulando a reflexão de forma que a pessoa questione os prós e contras desse comportamento.

▪ Nível 3: quer mudar. Deve-se orientar as ações para a mudança e estimular a autonomia da pessoa, aumentando sua confiança (ORTIZ, 2019).

Outra ferramenta extremamente útil para perceber o nível de motivação da pessoa e delinear o percurso inicial da EM é o “menu-agenda”, onde juntos, mas com total autonomia do entrevistado, elencarão tópicos a serem abordados e em seguida os agendarão de acordo com o nível de prioridade atribuído pelo entrevistado. Caso, em algum momento, o entrevistador perceba grandes discordâncias entre sua opinião do que é melhor para a pessoa, e o que ela realmente quer, é possível revisar a agenda, e até mesmo o menu, dando novos valores ao que foi anteriormente elencado, deixando claras as suas preocupações, sem julgar (MILLER; ROLLNICK, 2015).

Nesse sentido, para que haja uma melhoria de desempenho e para que um número maior de profissionais possa ser capacitado de modo a trabalhar de forma homogênea, é viável que haja treinamentos específicos e protocolados para EM (BANDINELLI; GONÇALVES; FONSECA, 2013).

EM no tratamento do agressor

A Lei Maria da Penha⁴ traz em seus arts. 35 e 45 previsões sobre o tratamento de agressores de violência doméstica contra a mulher. A lei indica que poderão ser criados centros de educação e reabilitação para os agressores, bem como acrescenta à Lei de Execução Penal a possibilidade de o juiz determinar compulsoriamente a submissão do agressor a programas de tratamento, nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Os diversos programas de tratamento e reabilitação de agressores têm como objetivo comum promover a mudança de atitudes e construções do agressor, reduzindo a probabilidade de praticar novas agressões à mulher que já foi por ele agredida ou a outras mulheres em experiências futuras. Segundo Ribeiro (2016), embora sejam crescentes as formas e dinâmicas de tratamento e reeducação dos agressores de VD, há de se ter em conta que são medidas adotadas diante de um problema já estabelecido, deixando evidente que é preciso mecanismos de prevenção. A autora explica também que ainda não existe uma intervenção efetivamente “multidisciplinar, pluri-institucional e interinstitucional, de cariz mediador e capaz de (entre)cruzar conhecimentos” que sirva como estratégia complementar ou, ocasionalmente, que possa ser utilizada como alternativa a penas punitivas, salientando que é preciso atentar para a individualidade de cada caso (p. 89).

A EM tem se revelado peculiarmente útil no tratamento de agressores de VD no âmbito conjugal; ainda que estes não estejam, inicialmente, comprometidos

⁴ Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

com a mudança. Dentre diversos estudos realizados sobre esse contexto, Woodin (2011) aponta que a aplicação da EM ao agressor de VD resulta na redução da violência mesmo que não seja acompanhada de outros tratamentos. Kistenmacher & Weiss (2008) revelaram que os agressores tendem a expressar maior senso de responsabilidade pelos seus atos, culpando menos a sua parceira e outros fatores externos, logo após duas sessões de EM. Musser & Murphy (2009) explicaram que os agressores que foram submetidos a tratamento com EM participaram mais nas tarefas de casa durante o tratamento e consideraram a relação com o terapeuta melhor, em relação aos agressores que não foram tratados com EM. Também foi vista uma maior propensão em pedir ajuda para além do tratamento, como por exemplo aderir a grupos de autoajuda, nos agressores que receberam EM (ROSENQVIST, 2019).

Como vimos anteriormente, o agressor tende a negar a violência cometida. Tal negação pode também ser explicada pelo fato de que reconhecer e assumir seus atos implica lidar diretamente com fatores relacionados a culpa, vergonha, autodesprezo e até mesmo a eventuais represálias. Assim, pode-se explicar a existência de uma “conduta recorrente em pessoas que praticam a violência doméstica: a externalização, isto é, eles atribuem a culpa pela violência a alguém de fora” (ROSENQVIST, 2019, p. 130). Esse tipo de atitude requer ainda mais profissionalismo e neutralidade do entrevistador, tanto pelo fato de ter que trabalhar mais profundamente todas as ferramentas da EM, como pelo fato de não se deixar cair nas armadilhas, visto que seus aspectos emocionais podem ser confrontados diante de alguém que ele sabe que praticou o mal. Além disso, outras adaptações devem ser feitas quando o entrevistado é alguém que praticou violência. Por exemplo, a ferramenta “menu-agenda” quando oferecida a esse indivíduo para que elenque e ordene os pontos que serão discutidos, talvez a violência cometida nem sequer seja elencada no menu, pelos motivos já apresentados. Como visto, é indicado fazer perguntas abertas com o objetivo de que o entrevistado, no caso da vítima, ouça a si próprio falar das desvantagens da relação. Da mesma maneira, o entrevistador deve utilizar essa ferramenta para que o entrevistado, no caso do agressor, se ouça a falar da violência cometida para, assim, reconhecê-la e caracterizá-la (KISTENMACHER; WEISS, 2008; MUSSER; MURPHY, 2009; ROSENQVIST, 2019).

Caso o agressor tenha tido contato com a polícia recentemente em função de uma denúncia, de uma prisão, de decorrências de medidas protetivas etc., e essa experiência tenha sido negativa, muito provavelmente ele irá se distanciar e negar sua responsabilidade em uma EM. Nesse sentido, Rosenqvist (2019), que trata diretamente autores de VD através da EM, indica algumas reflexões internas a serem feitas pelo entrevistador antes do início da abordagem. Inicialmente, deve-se refletir sobre o que pensa exatamente a respeito de uma pessoa que pratica VD contra seu par e filhos, e se é correto ajudá-los. Em seguida, é preciso pensar

se todas as pessoas que praticam violência são iguais e se é possível realmente ajudar essas pessoas. Por fim, responder a si mesmo se consegue compreender as dificuldades dos agressores em assumir e se responsabilizarem pela violência praticada, sem acreditar que a violência é admissível.

Resultados

No âmbito da EM, atitudes de empatia, cordialidade e inspirar confiança são as principais características almejadas em um entrevistador. É fundamental que o policial enquanto entrevistador compreenda e adote o espírito da EM na plenitude: não demonstrar superioridade em relação ao outro, seja a vítima ou o agressor; aceitar e incentivar a autonomia do outro sem querer controlá-lo; evocar os motivos para a mudança, mas sem exercer nenhum tipo de julgamento; e ter compaixão com o outro buscando sempre o melhor para ele e não para si. No caso de a EM ser aplicada por policiais que, sobretudo, não podem negligenciar as leis e a proteção das pessoas, há de se considerar algumas exceções relativas à questão de respeito da autonomia quando há menores de idade envolvidos e com risco iminente de novas violências contra estes. Nesses casos, por óbvio, os policiais, mesmo na qualidade de entrevistadores, devem proceder de forma legal intervindo para proteger os menores e quiçá o entrevistado. O mesmo ocorre quando a entrevista for feita por policiais e o agressor apresentar comportamento demasiadamente perigoso, colocando em risco outras vidas e até mesmo a sua. Nesses casos, o respeito à autonomia do entrevistado deve ser preterido em prol de uma intervenção legal, não podendo ser continuado o processo da EM. Há também, antes de se dar início à abordagem com EM, a necessidade de perceber o nível da violência a que a mulher está ou foi submetida, pois em situações de violência grave ou risco de morte é preciso intervir com urgência e de forma compulsória, não havendo espaço, nesse primeiro momento, para a EM. Com base nos estudos, sobretudo os de Rosenqvist (2019), relacionados à aplicação da EM quando motivada por um quadro judicial ou policial, é adequado que os entrevistadores possam, sempre que for preciso, intercalar os papéis – ora assumindo o papel de motivador, flexível, imparcial; ora no papel de autoridade, recolhendo informações que tenham de ser notificadas a outras autoridades mesmo contra a vontade do entrevistado.

Embora ambas as partes devam se sentir confortáveis durante uma EM, é possível também que ela seja aplicada em um momento de desconforto, como no primeiro atendimento prestado pela polícia. Sob esse aspecto, a EM pode ser aplicada tanto de forma isolada, num único momento, com o objetivo de reduzir os níveis de estresse e de resistência em contribuir no momento da ocorrência (de ambas as partes), como numa intervenção prolongada, como, por exemplo, no caso de acompanhamento de medidas protetivas ou tratamento do agressor quando inserido em algum programa.

Todavia, a resistência é um fator de grande impacto nessa abordagem e que precisará ser muito bem trabalhado pelo policial para que não gere uma relação conflituosa que impeça a continuidade da abordagem. Alguns fatores, como o instinto de autodefesa ao pensar que sua liberdade de pensamento e ação poderão ser tolhidos pelo entrevistador, o que pode ser agravado caso o entrevistador seja um policial; e a negação ou minimização da violência cometida ou sofrida são alguns elementos que precisam ser muito bem gerenciados. Ademais, a resistência pode ser criada ou alimentada pelo próprio policial entrevistador caso esse queira sobrepor a sua vontade à vontade do entrevistado ou se reforçar o sentimento de culpa com julgamentos e insinuações. Portanto, ressalta-se que dificilmente haverá um impacto positivo se houver resistência e por isso é tão importante que o entrevistador deixe o outro confortável e que atue sempre de modo empático, mesmo quando estiver sendo confrontativo, podendo utilizar ferramentas da EM que trabalham a resistência fazendo a pessoa, pouco a pouco, aderir ao programa.

Essa postura pode ser dificultada de acordo com o contexto de cada caso. Para muitos profissionais, lidar com questões que envolvem a violência na intimidade, como por exemplo a violência sexual consecutiva praticada por um pai/padrasto ou pelo companheiro, contra uma mulher ou menina, pode parecer um tanto quanto constrangedor. Além disso, há quase sempre um ímpeto instintivo que afeta a neutralidade do entrevistador nos casos de violência doméstica e familiar, tanto nas abordagens com as vítimas como quanto nas realizadas com os agressores.

Muitos agressores que negam a violência ou que não querem ser tratados frequentemente têm medo do tratamento e medo de serem confrontados consigo mesmos. Para além da violência praticada, a maioria dos agressores é homem, e muitos desses possuem algum transtorno de personalidade, o que careceria de tratamento específico e especializado (ROSENQVIST, 2019). Saber que a pessoa que lhe aplicará o tratamento é um policial pode gerar ainda mais medo e um conflito entre as partes onde dificilmente haverá colaboração, ainda que o entrevistador utilize as ferramentas necessárias para amenizar a resistência inicial.

A EM pode vir a gerar resultados mais eficientes quando aplicada aos agressores do que quando aplicada às vítimas. A mulher que fez a denúncia ou que de alguma outra forma conseguiu romper o ciclo da violência, enxergando a necessidade de tomar uma atitude para a mudança, ainda que momentaneamente, apresenta indícios de já possuir alguma motivação para a mudança. Contudo, tal fato não impede que essa mesma mulher possa vir a repetir padrões de relacionamento e entrar novamente em relações abusivas e de violência no âmbito doméstico e familiar ou que a retome com o agressor. A motivação precisa ser alimentada ao longo do tempo e estimulada com a ajuda de familiares, amigos e profissionais. Já em relação aos agressores, que, em grande parte, nem sequer assumem a violência cometida, seja por questões socioculturais arraigadas, seja por vergonha, ou

por quaisquer outros motivos, a intervenção com uma abordagem para a mudança pode gerar efeitos positivos no sentido de transformação de comportamento, compreensão da violência praticada e sua não reincidência. O agressor denunciado, teoricamente, ainda não refletiu sobre a ambivalência do seu comportamento de risco – ele não se afastou da vítima por vontade própria em interromper o ciclo da violência, mas sim por uma atitude tomada contra sua vontade. Portanto, pressupõe-se que o comportamento violento permanece nele, indicando a necessidade de um tratamento.

Entretanto, caso o agressor tenha vivenciado uma experiência ruim com a polícia em fases anteriores, provavelmente não colaborará com a EM, o que pode ser agravado diante de um entrevistador policial. Em contrapartida, é preciso que o policial esteja pronto a lidar diretamente com os agressores por outro ponto de vista: o da ajuda, sem julgamentos. Essa postura imparcial não será construída facilmente, tampouco em um curso de três dias. É um exercício constante e difícil que deverá ser praticado caso a polícia deseje intervir com EM junto aos agressores de VD, ou, caso contrário, abrir mão desse processo em prol de um órgão capacitado sem envolvimento anterior com o agressor.

A imparcialidade do policial enquanto entrevistador tende a ser algo perecedouro, assim como a motivação do entrevistado, e deve ser constantemente exercitada. É natural que o entrevistador tenha como objetivo pessoal sanar a violência, normalmente desejando o fim da relação e/ou a formalização de uma denúncia por parte da vítima, pontualmente nos casos de VD. Entretanto, como já visto, essa decisão cabe única e exclusivamente à vítima. Ser imparcial nessas situações não é tarefa fácil, tampouco se torna permanente quando é atingida. Seguindo o mesmo entendimento de Ortiz (2019), o policial corre o risco de oscilar sua imparcialidade combinadamente com a motivação e as reações do entrevistado e, por isso, é preciso um trabalho contínuo e intenso para se evitar cair nessa armadilha. Ainda assim, caso essa neutralidade não seja atingida em sua plenitude, como é indicado, o entrevistador pode usar seu ponto de vista mesmo que imparcial para enfatizar a autonomia do entrevistado. Uma possibilidade, especificamente relacionada com uma vítima de VD, seria expressar o desejo pessoal de que a relação fosse rompida sobressaltando a importância da segurança e integridade da vítima, mas dando a ela a autonomia para sua própria decisão e a palavra final.

Isto posto, a EM revela-se uma ferramenta muito útil e viável já no primeiro, e talvez único, contato do policial com os envolvidos numa ocorrência de VD e, mais ainda, no acompanhamento de medidas protetivas realizado pelo policiamento especializado, como, por exemplo, Patrulhas Maria da Penha,⁵ sendo utilizada de

⁵ Serviço especializado prestado pela Polícia Militar em alguns Estados brasileiros ou pela Guarda Municipal em algumas cidades para acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica.

forma contínua (ao longo das visitas), gerando resultados ainda mais satisfatórios do que quando aplicada de forma isolada, conforme já identificaram diversos estudos. Nesse contexto, mais intimista e duradouro que figura o acompanhamento de mulheres com medidas protetivas, a EM pode revelar-se uma importante forma de abordagem, sobretudo se for paralelamente aplicada pelos diversos atores envolvidos como policiais, assistentes sociais e demais profissionais envolvidos.

Entretanto, se o indivíduo estiver sendo submetido a intervenções de diferentes instituições, ainda que utilizando a mesma forma de abordagem, poderá haver impactos negativos na população-alvo, devendo, para evitar isso, haver uma forte e constante articulação e cooperação entre essas instituições, o que não ocorre atualmente. A falta de integração efetiva dos órgãos da rede de atendimento dificulta qualquer iniciativa que os permeie transversalmente, como a EM. Nesse caso, seria necessária a criação de mecanismos efetivos de integração e supervisão que permitissem a aplicação da EM de forma absolutamente homogênea ou, do contrário, que apenas um dos órgãos a aplicasse. Para além desse controle, outro ponto fundamental é a capacitação e o perfil de todos os profissionais. A capacitação em EM e o treinamento de melhores práticas são fatores extremamente impactantes no sucesso da abordagem. Contudo, apenas o voluntariado e a capacitação não são suficientes caso o profissional não traga consigo um perfil profissiográfico adequado a essa abordagem. Algumas características, como empatia, autocontrole, compaixão e cordialidade, devem ser inatas ao entrevistador e devem ser antes comprovadas em uma avaliação psicológica própria. Importante voltar a ressaltar que a EM não é uma terapia e que, após algumas sessões ou até mesmo após uma única entrevista, espera-se que a pessoa tenha assimilado conceitos e ideias suficientes para trabalhar sua motivação de forma autônoma. Caso, embora motivada, não esteja conseguindo seguir adiante, então a EM pode ser retomada.

A aplicação da EM pela polícia não descarta outras iniciativas de prevenção, pelo contrário. Implementar um conjunto de ações e programas com o mesmo foco preventivo de forma transversal com variados públicos-alvo contribuirá para a redução desse crime. Nesse sentido, é plausível pensar também em ações, como palestras em escolas para crianças e adolescentes, massivas campanhas publicitárias, trabalho de sensibilização com o público interno etc., que atinjam os três níveis de prevenção.

Notas conclusivas

É preciso compreender, antes de tudo, e antes de se formular propostas que tentem de alguma forma minimizar as causas e conseqüências da violência doméstica contra as mulheres, que não existe uma panaceia. É imperioso que alcancemos o prévio entendimento de que a luta por essa causa não é constituída

por determinados grupos ou instituições, mas pela participação e conscientização de toda a sociedade. Apesar disso, certas áreas representadas por instituições, como a Segurança Pública, têm grande responsabilidade em combater e prevenir tais crimes. Indubitavelmente a polícia é um ator de extrema importância. Ao compreendermos, ainda que de forma primária, a multicausalidade desse tipo de violência, torna-se claro que a intervenção policial deve ocorrer de forma diferenciada das intervenções rotineiras, sobretudo ao considerarmos a dinâmica desses crimes e a relação vítima x autor. Quando uma mulher recorre à polícia, ela está recorrendo ao Estado; e é no contato inicial, com a polícia, seja militar ou civil, que o Estado é representado, esperando-se, portanto, que, desde esse momento, sejam garantidos todos os seus direitos e que sua dignidade humana seja preservada. Dessa forma, são os policiais desse primeiro atendimento os responsáveis por transmitir às mulheres a segurança, o respeito, que deverão ser mantidos ao longo de todo o processo. É preciso romper com toda e qualquer carga cultural e social que trazem consigo, de forma a humanizar o atendimento, com empatia, compreender a fragilidade do dilema ali apresentado e realizar uma abordagem especializada e adequada a cada caso a fim de se prestar um atendimento ajustado e de qualidade.

Assim, conclui-se que a aplicação da Entrevista Motivacional, pelos policiais militares, aos envolvidos nas ocorrências de violência doméstica contra a mulher, pode contribuir positivamente para interromper o ciclo da violência através da mudança de comportamento dos entrevistados, desde que observadas algumas questões.

A utilização da Entrevista Motivacional pela polícia não tem o objetivo de acabar com o sofrimento, de tratar transtornos, fazer terapia ou resolver todos os problemas relacionados à violência contra a mulher. A possibilidade que se vislumbra ao usar a Entrevista Motivacional é a de ajudar as pessoas a se motivarem para a mudança de comportamento que tanto precisam, contribuindo, nesse contexto, para a redução da violência doméstica contra a mulher, seja no atendimento e acompanhamento da vítima, seja no atendimento do agressor. Assim, é absolutamente viável que a polícia militar utilize a Entrevista Motivacional desde o atendimento inicial, mesmo que de forma isolada, até o acompanhamento e fiscalização das medidas protetivas realizados pelo serviço especializado. Prestar um atendimento humanizado, mostrar compreensão sobre fragilidades, oferecer estímulos positivos para a motivação pessoal para a mudança, sem julgamentos e dando-lhes autonomia para suas decisões formam uma atmosfera propícia para o fortalecimento dessas mulheres e para uma melhoria na relação delas com a polícia.

Para além dessa especialização e constante atualização em questões de violência doméstica é importante que esses policiais assumam representação em outras instituições, como na rede de atendimento, nos conselhos comunitários de segurança e em outros grupos relacionados ao combate da violência contra a mulher. Quanto mais articulado for o trabalho da polícia com essas entidades, maior

será a hipótese de se elevar o grau de confiança e credibilidade com os órgãos das redes e com as vítimas, contribuindo para o encorajamento ao pedido de ajuda e consequente redução da violência, trabalhando de forma mais abrangente as barreiras que impedem a interrupção do ciclo.

Por fim, estamos ainda muito longe de vivermos numa sociedade igualitária onde homens e mulheres desempenhem os mesmos papéis nos espaços públicos e privados. Não é só a polícia, não é só a justiça, o governo, a escola, isolados, os responsáveis pela educação da sociedade em igualdade de gênero e questões de combate à violência contra a mulher. Nessa lógica, o alinhamento das ciências comportamentais e das ciências policiais retratado num atendimento humanizado utilizando a EM como abordagem poderia contribuir para a mudança desse cruel cenário atual.

Police intervention in domestic violence against women: the use of motivational interviewing

Abstract: Domestic violence against women is an evil that affects the whole world and is commonly practiced inside homes, by people who are close to them. Despite the great underreporting, the state police receive high demand for complaints of this nature. In view of the difficulties of police action inherent to this violence, a prevention and intervention strategy to be considered is Motivational Interviewing: a collaborative approach that aims at changing behaviour based on stimuli focused on ambivalence. We are based on the premise that this approach has been changing harmful behaviours in several areas with promising results, including in domestic violence, and can thus contribute to interrupting the cycle of violence. This article, based on a bibliographical research with a qualitative approach, analyses to what extent Motivational Interviewing can be applied by the police in cases of domestic violence against women.

Keywords: Violence against women. Domestic violence. Cycle of violence. Police. Motivational interviewing.

Referências

- BANDINELLI, L. P.; GONÇALVES, H. A.; FONSECA, R. P. A entrevista motivacional e sua aplicabilidade em diferentes contextos: uma revisão sistemática. *Diaphora – Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, p. 26-34, 2013.
- BURKE, B.; ARKOWITZ, H.; MENCHOLA, M. The efficacy of motivational interviewing: a meta-analysis of controlled clinical trials. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71, p. 843-861, 2003.
- CUNHA, O. Entrevista Motivacional. In: *Dicionário – Crime, Justiça e Sociedade* (p. 188-189). Lisboa: Edições Sílabo, 2016.
- FIGLIE, N. B.; GUIMARÃES, L. P. A Entrevista Motivacional: conversas sobre mudança. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, 34, p. 472-489, 2014.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*. 2. Brasília, Brasil, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. [S.l.], 2020.

- KISTENMACHER, B.; WEISS, R. Motivational interviewing as a mechanism for change in men who batter: a randomized controlled trial. *Violence and victims*, 2008.
- MILLER, W.; ROLLNICK, S. *La entrevista motivacional – preparar para el cambio de conductas adictivas*. Barcelona: Paidós, 1999.
- MILLER, W.; ROLLNICK, S. Dez coisas que a entrevista motivacional não é. *Psicoterapia comportamental e cognitiva*, p. 129-140, 2009.
- MILLER, W.; ROLLNICK, S. *La entrevista motivacional – ayudar a las personas a cambiar*. Barcelona: Paidós, 2015.
- MUSSER, P.; MURPHY, C. Motivational interviewing with perpetrators of intimate partner abuse. *Journal of Clinical Psychology*, 65, p. 1218-1231, 2009.
- ORTIZ, L. Entrevista Motivacional – EM en el trabajo con la violencia doméstica. Parte 1. *Revista Regional de Trabajo Social*, 29, 2015.
- ORTIZ, L. *Entrevista Motivacional en Violencia Doméstica*. Montevideo: LLOA Editores, 2019.
- RASMUSSEN, L.; HUGHES, M.; MURRAY, C. Applying Motivational Interviewing in a Domestic Violence Shelter: a pilot study evaluating the training of shelter staff. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 17, p. 296-317, 2008.
- RIBEIRO, S. I. *O lado B da Violência Doméstica*. Mestrado – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, Portugal, 2016.
- ROSENQVIST, D. Encuentro con la persona que ejerce violencia. In: ORTIZ, L. *Entrevista Motivacional en Violencia Doméstica*. Montevideo: LLOA, 2019, p. 127-154.
- WOODIN, E. A two-dimensional approach to relationship conflict: meta-analytic findings. *Journal of Family Psychology*, p. 325-335, 2011.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRITO, Fabiana Amaro de. Intervenção policial na violência doméstica contra a mulher: o uso da entrevista motivacional. *Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC*, Belo Horizonte, ano 9, n. 18, p. 59-77, jul./dez. 2022.
